

---

## **PROSPECTO OIC/Fundo**

### **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações**

# **SANTANDER MULTITAXA FIXA**

15/11/2013

A autorização do Fundo pela CMVM baseia-se em critérios de legalidade, não envolvendo por parte desta qualquer garantia quanto à suficiência, à veracidade, à objectividade ou à actualidade da informação prestada pela entidade responsável pela gestão no regulamento de gestão, nem qualquer juízo sobre a qualidade dos valores que integram o património do Fundo.

**CAPÍTULO I            INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O FUNDO,  
A ENTIDADE GESTORA E OUTRAS ENTIDADES****1. O Fundo**

- A denominação do Fundo é: Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Fixa Euro Santander Multitaxa Fixa adiante designado por Fundo.
- O Fundo constituiu-se como fundo aberto de obrigações de taxa fixa da União Europeia, tendo desde o dia 7/11/2013 assumido a forma de Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações, nos termos do artigo 6º do Regulamento da CMVM nº5/2013.
- A constituição do Fundo foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 30 de Setembro de 1991 por tempo indeterminado e iniciou a sua actividade em 13 de Julho de 1992.
- O fundo alterou a denominação de Totta Taxa Fixa para Mutitaxa Fixa em 5 de Dezembro de 2002.
- Em 21 de Dezembro de 2006, adoptou a marca única «Santander».
- A data da última actualização do prospecto foi a 15 de Novembro de 2013.
- O número de participantes do fundo em 31 de Dezembro de 2012 é de 507.

**2. A Entidade Gestora**

- a) O Fundo é administrado pela Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., com sede na Rua da Mesquita, 6 – 1070-238 Lisboa.
- b) A entidade gestora é uma sociedade anónima, cujo capital social, inteiramente subscrito e realizado, é de € 17 116 510, sendo na sua totalidade detido pela Santander Gestão de Activos, SGPS, S.A.
- c) A entidade gestora constituiu-se, por tempo indeterminado, por escritura pública lavrada no 21º Cartório Notarial de Lisboa no dia 27 de Dezembro de 1989, tendo a sua constituição sido publicada no Diário da República nº 156 – III Série, de 10 de Julho de 1991 e encontra-se registada na CMVM como intermediário financeiro autorizado desde 29 de Julho de 1991.
- d) À Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, na sua qualidade de Entidade Gestora compete-lhe em geral, gerir o investimento, praticando todos os actos e operações necessários à boa concretização da política de investimento, de acordo com critérios de elevada diligência e competência profissional, e em especial:
  - i. Seleccionar os activos para integrar o Fundo;
  - ii. Adquirir e alienar os activos do Fundo, cumprindo as formalidades necessárias para a válida e regular transmissão dos mesmos;
  - iii. Exercer os direitos relacionados com os activos do Fundo.
- e) Compete-lhe ainda, administrar o Fundo, em especial:
  - i. Prestar os serviços jurídicos e de contabilidade necessários à gestão do Fundo, sem prejuízo da legislação específica aplicável a estas actividades;
  - ii. Esclarecer e analisar as questões e reclamações dos participantes;
  - iii. Avaliar a carteira e determinar o valor das unidades de participação e emitir declarações fiscais;

- 
- iv. Cumprir e controlar a observância das normas aplicáveis dos documentos constitutivos do Fundo e dos contratos celebrados no âmbito da actividade do Fundo;
  - v. Proceder ao registo dos participantes, caso seja aplicável;
  - vi. Distribuir rendimentos;
  - vii. Emitir, resgatar ou reembolsar unidades de participação;
  - viii. Efectuar os procedimentos de liquidação e compensação, incluindo envio de certificados;
  - ix. Conservar os documentos;
- f) Compete-lhe ainda, comercializar as unidades de participação do Fundo sob gestão.
- g) A Entidade Gestora e o Banco Depositário respondem solidariamente perante os participantes pelo cumprimento das obrigações contraídas nos termos da lei e do presente regulamento de gestão.

### **3. Entidades Subcontratadas**

A entidade gestora subcontratou os serviços de gestão de activos para os seus fundos de investimento mobiliários à sociedade SANTANDER ASSET MANAGEMENT, S.A., SGIIC, cuja sede se localiza em Espanha, sendo pertencente ao Grupo Santander SA.

### **4. O Depositário**

- a) A entidade depositária dos valores mobiliários do Fundo é o Banco Santander Totta, S.A., com sede na Rua do Ouro, 88 – 1100 Lisboa, em Lisboa e encontra-se registada na CMVM como intermediário financeiro desde 29/07/1991.
- b) Compete nomeadamente ao depositário:
- i. Cumprir a lei, os regulamentos, os documentos constitutivos do Fundo e os contratos celebrados no âmbito do Fundo;
  - ii. Guardar os activos do Fundo;
  - iii. Receber em depósito ou inscrever em registo os activos do Fundo;
  - iv. Executar as instruções da entidade responsável pela gestão, salvo se forem contrárias à legislação aplicável e aos documentos constitutivos;
  - v. Assegurar que, nas operações relativas aos activos do Fundo, a contrapartida seja entregue nos prazos conformes à prática do mercado;
  - vi. Promover o pagamento aos participantes dos rendimentos das unidades de participação e do valor do respectivo resgate, reembolso ou produto da liquidação;
  - vii. Elaborar e manter actualizada a relação cronológica de todas as operações realizadas para o Fundo;
  - viii. Elaborar mensalmente o inventário discriminado dos activos e passivos do Fundo;
  - ix. Fiscalizar e garantir perante os participantes o cumprimento da legislação aplicável e dos documentos constitutivos do Fundo designadamente no que se refere à política de investimento, à política de distribuição dos rendimentos, à matéria de conflito de interesses, bem como, ao cálculo do valor, à emissão, ao resgate, reembolso e cancelamento de registo das unidades de participação;
  - x. Enviar anualmente à CMVM um relatório sobre a fiscalização desenvolvida, nos termos a definir em regulamento da CMVM;

- 
- xi. Informar imediatamente a entidade responsável pela gestão da alteração dos membros do órgão de administração.
  - c) O depositário responde solidariamente com a sociedade gestora, perante os participantes, pelo cumprimento das obrigações contraídas nos termos da lei e do regulamento de gestão.
  - d) A substituição do depositário depende da autorização da CMVM, sendo que as funções do anterior depositário só cessarão com o início de funções da nova entidade depositária.

## 5. As Entidades Comercializadoras

As entidades responsáveis pela colocação das unidades de participação do Fundo junto dos investidores são: **Banco Santander Totta S.A**, com sede na Rua do Ouro, 88 – 1100 Lisboa, **BEST, Banco Electrónico de Serviço Total SA**, com sede na Rua Alexandre Herculano, 38, 4º, Lisboa, e **Banco Activobank (Portugal), S.A**, com sede na Rua Augusta, nº 84, em Lisboa.

O Fundo é comercializado:

No Banco Santander Totta SA, através dos seus balcões e através da banca telefónica Superlinha, e da Internet, no *site* [www.santandertotta.pt](http://www.santandertotta.pt) para os clientes respectivos do Banco Santander Totta, S.A., que tenham aderido a estes serviços.

No BEST, Banco Electrónico de Serviço Total, SA, através dos seus centros de investimento, banca telefónica e Internet ([www.bancobest.pt](http://www.bancobest.pt)), para os respectivos clientes que tenham aderido a este serviço.

No Banco Activobank SA, através dos seus estabelecimentos, Internet ([www.activobank7.pt](http://www.activobank7.pt)) e banca telefónica, para os respectivos clientes que tenham aderido a este serviço.

## CAPÍTULO II POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO PATRIMÓNIO DO FUNDO / POLÍTICA DE RENDIMENTOS

### 1. Política de investimento do Fundo

#### 1.1. Política de investimento

O Fundo tem como objectivo, enquanto fundo de obrigações de taxa fixa, proporcionar aos seus participantes a valorização real do capital numa óptica de médio e longo prazos, através de uma carteira composta por instrumentos representativos de dívida, pública e privada, denominados em Euros para assim satisfazer as necessidades dos clientes com um perfil de risco conservador, que privilegiem um reduzido grau de risco de crédito e uma remuneração estável do seu investimento numa óptica de médio/longo prazo. Este fundo terá uma rentabilidade bastante correlacionada com a generalidade da dívida soberana de países da Zona Euro, sendo assim recomendável a investidores com perfil para este tipo de activo ou a investidores que queiram complementar os seus activos com este tipo de exposição.

A menção «taxa fixa» não constitui garantia de rendibilidade fixa do fundo, respeitando ao tipo de activo predominante no património do mesmo.

---

A política de investimentos está vocacionada para o investimento directo ou indirecto num mínimo de dois terços do valor líquido global do fundo em obrigações diversas, sendo que todos os activos são emitidos em moeda Euro e pelo menos 90 % destes encontram-se cotados em Mercados da União Europeia, A carteira do fundo será constituída, numa percentagem superior a 50% do valor líquido global do Fundo, por obrigações de taxa fixa, de médio e longo prazos, emitidas na zona Euro com notação de *rating* de *investment grade* (mínimo de BBB- pela Standard & Poors, Baa3 pela Moodys), representado estes valores, regra geral, 80% da carteira do Fundo.

O fundo investirá ainda um mínimo de 20% do valor líquido global do fundo em títulos de dívida pública europeia, podendo investir ainda em obrigações hipotecárias de taxa fixa e acções preferenciais sem direito de voto denominadas em euros.

A título acessório o património do Fundo poderá ser aplicado, nomeadamente, em unidades de participação de fundos de investimento mobiliário que respeitem ou não os requisitos de legislação nacional adoptada por força da Directiva do Conselho nº 85/611/CEE de 20 de Dezembro com objectivos compatíveis com os do fundo, incluindo os fundos geridos pela mesma entidade gestora, outros instrumentos representativos de dívida nacionais ou internacionais que, do ponto de vista da Sociedade Gestora, representem adequadas oportunidades de investimento e activos de curto prazo (nomeadamente certificados de depósito, depósitos, aplicações nos mercados interbancários, denominados em euros ou noutras moedas estrangeiras).

O fundo não pode investir mais de 10% do seu valor líquido global em unidades de participação de fundos de investimento.

Não podem integrar o património do Fundo, acções, obrigações convertíveis ou obrigações que confirmam o direito de subscrição de acções ou de aquisição a outro título de acções.

Este Fundo investirá em activos denominados em Euros e efectuará sempre a cobertura do risco cambial inerente a valores expressos noutras divisas.

A Entidade Gestora tem como objectivo seleccionar os emitentes de acordo com certos padrões de risco. Assim, o investimento nos activos deverá seguir a prudência adequada ao perfil do fundo, nos seguintes termos:

- Para as obrigações diversas, emitentes da União Europeia e internacionais com notação de *rating* de *investment grade* (mínimo de BBB- pela Standard & Poors, Baa3 pela Moodys) e emitentes nacionais com credibilidade, nomeadamente empresas cotadas, grandes empresas ou empresas participadas pelo Estado.
- Outros instrumentos representativos de dívida, nacionais ou internacionais, que do ponto de vista da Sociedade Gestora representem adequadas oportunidades de investimento, maioritariamente com notação de *rating* de *investment grade* (mínimo de BBB- pela Standard & Poors, Baa3 pela Moodys). O investimento em títulos abaixo deste *rating* ficarão restritos a um máximo de 10%.
- O investimento em obrigações de emitentes de mercados emergentes, terá carácter acessório.

Estes critérios serão sempre respeitados ao longo da vida do Fundo. Quando um dos activos não cumprir os critérios acima mencionados, a Entidade Gestora desenvolverá as acções necessárias para proceder à sua alienação, acautelando sempre, o melhor interesse dos participantes e deixando evidência das diligências efectuadas.

---

O Fundo poderá investir em valores mobiliários condicionados por eventos de crédito (“Credit Link Notes”) que têm associado ao risco do emitente o risco de crédito dos activos subjacentes àqueles valores mobiliários.

O fundo poderá recorrer à utilização de instrumentos financeiros derivados quer com o objectivo de proceder à cobertura do risco financeiro do Fundo, quer com o objectivo de aumentar a exposição ao risco da respectiva carteira, limitando-se, neste caso, a 10% do valor líquido global do fundo.

## 1.2. Mercados

- Pelo menos 90% dos valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo o restante ser admitido à negociação nos seguintes mercados: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

- No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública; MTS; Outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objectivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objecto de transacção.

## 1.3. *Benchmark* (parâmetro de referência do mercado)

Na gestão do Fundo, a Sociedade Gestora não utiliza nenhum parâmetro de referência.

## 1.4. Política de execução de operações e da política de transmissão de ordens

Em Abril de 2012, a SAM subcontratou os serviços de gestão de activos para os seus fundos de investimento mobiliários à sociedade Santander Asset Management, S.A., SGIIC (SAM SGIIC), cuja sede se localiza em Espanha, e que integra o Grupo Santander. A SAM SGIIC dispõe de uma Política de Execução de Ordens formalmente estabelecida que cumpre com os requisitos definidos pelo normativo MiFID (Directiva 2004/39/CE e as suas normas de aplicação e transposição) designadamente no que respeita à definição dos factores de execução óptima das ordens.

Neste âmbito foram identificados e definidos os seguintes factores:

a) **Preço:** Valor monetário expresso numericamente associado de um bem ou serviço, considerado como o que se poderia obter na negociação dos instrumentos financeiros nos diferentes centros de execução incluídos na presente política e que se forma pela oferta e procura, e portanto, implicitamente condicionado pelos agentes que contribuem para a sua formação. O preço pode variar entre os diferentes centros de execução disponíveis, para o mesmo instrumento financeiro, em função dos factores de liquidez e volume (de oferta e procura).

b) **Custos:** Medidas monetária associadas à execução e/ou liquidação da ordem do cliente nos diferentes centros de execução incluídos na presente política e que são suportados directamente pelo mesmo (e.g. custos de transacção e corretagens, gastos dos centros de execução, das câmaras ou entidades de liquidação e compensação ou órgãos

---

similares que cumpram estas funções, impostos ou taxas pagáveis em determinadas jurisdições, custos de conexão, etc.). A soma total dos custos a incorrer pelo cliente pode variar nos diferentes centros de execução disponíveis para o mesmo instrumento financeiro em função da aplicabilidade ou não da operação concreta de todos os conceitos de custos indicados e/ou do valor final dos mesmos.

c) **Rapidez:** Tempo necessário para a execução da ordem do cliente num centro de execução específico, de entre os centros disponíveis para o instrumento financeiro concreto, desde a recepção da ordem até à confirmação da execução, em circunstâncias standard de mercado. A rapidez pode variar entre os diferentes centros de execução disponíveis para um mesmo instrumento financeiro.

d) **Probabilidade da execução e da liquidação:** Factores relacionados com o conceito de liquidez, entendido como a profundidade de mercado existente no que diz respeito a um instrumento financeiro em concreto e consequência dos factores preço e volume (de oferta e procura) nos diferentes centros de execução disponíveis, que aumenta a probabilidade de que a ordem do cliente seja executada. A liquidez de um instrumento financeiro em concreto pode variar entre os diferentes centros de execução disponíveis como consequência da correlação com os factores preço e volume (de oferta e procura, tal e como se define de seguida).

e) **Volume:** Volume de oferta e procura para um instrumento financeiro em concreto nos centros de execução disponíveis que vai determinar a profundidade de mercado/liquidez existente nos mesmos e o preço a que se pode negociar estabelecendo a probabilidade de execução da ordem do cliente. O volume de um instrumento financeiro em concreto pode variar entre os diferentes centros de execução disponíveis como consequência da correlação com os factores preço e liquidez (de oferta e procura).

f) **Natureza da ordem:** Ordem de mercado, ordem limitada, etc. É responsabilidade do cliente, no momento de transmissão da ordem, especificar o tipo de ordem concreto de que se trata para que se possa dar às mesmas o tratamento mais adequado. Os restantes factores indicados são igualmente aplicáveis neste caso.

## 1.5. Limites legais ao investimento

A composição da carteira do Fundo terá em conta o que na lei se encontra estabelecido e obedecerá designadamente às seguintes regras:

1- Até um máximo de 10% do valor líquido global do Fundo em Valores mobiliários recentemente emitidos, desde que as condições de emissão incluam o compromisso de que será apresentado o pedido de admissão à negociação num dos mercados referidos em 1.2. e desde que tal admissão seja obtida o mais tardar antes de 1 ano a contar da data da emissão. Uma vez excedido esse limite, passará a ser considerado para efeitos do limite referido em 3

2- Sem prejuízo do limite máximo de 10% fixado pela sociedade gestora e constante da política de investimentos, até um máximo de 20% do seu valor líquido global em unidades de participação de um único Fundo autorizado nos termos da Directiva n.º 85/611/CEE do Conselho, de 20 de Dezembro de 1985 ou que corresponda à noção de Fundo harmonizado ou outros sujeitos a um regime de supervisão considerado pela CMVM como equivalente e desde que esteja assegurada a cooperação com as autoridades competentes para a supervisão, bem como um nível de protecção equivalente aos participantes, e que elaborem relatórios anuais e semestrais que permitam uma avaliação do seu activo e passivo, receitas e transacções, e finalmente que não possam, nos termos dos documentos constitutivos, investir mais de 10% dos seus activos em unidades de participação de Fundo

---

(sendo possível investir até ao limite de 30% do seu valor líquido neste segundo tipo de fundos).

3 -Até um máximo de 10% do seu valor líquido global em valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário diferentes dos referidos no artigo 45º/1 do DL 252/2003, de 17 de Outubro.

4-Até um máximo de 10% do seu valor líquido global em valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário emitidos por uma mesma entidade, sendo que o conjunto dos valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário que, por emitente, representem mais de 5% do valor líquido global do Fundo, não pode ultrapassar 40% deste valor, não sendo contudo este limite aplicável a depósitos e a transacções sobre instrumentos financeiros derivados realizadas fora de mercado regulamentado quando a contraparte for uma instituição sujeita a supervisão prudencial. Este limite de 10% é elevado para 35% no caso de valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário emitidos ou garantidos por um Estado Membro da União Europeia, pelas suas autoridades locais ou regionais, por um terceiro Estado ou por instituições internacionais de carácter público a que pertençam um ou mais Estados Membros da União Europeia, e para 25% no caso de obrigações hipotecárias emitidas por uma instituição de crédito sediada num Estado Membro da União Europeia, podendo o investimento neste tipo de activos atingir o máximo de 80% do valor líquido global do Fundo.

5- Não pode acumular um valor superior a 20% do seu valor líquido global em valores mobiliários, instrumentos do mercado monetário, depósitos e exposição a instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado junto da mesma entidade.

6- Não pode investir mais de 20% do seu valor líquido global em valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário emitidos por entidades que se encontrem em relação de grupo.

7 – A entidade gestora pode contrair empréstimos por conta do fundo, com a duração máxima de 120 dias, seguidos ou interpolados, num período de um ano e até ao limite de 10% do valor líquido global do fundo.

8 – O fundo detém no mínimo, 2/3 do seu valor líquido global investido, directa ou indirectamente, em obrigações, não podendo investir, directa ou indirectamente, em acções ordinárias.

## **1.6. Características Especiais do Fundo**

Este Fundo apresenta um elevado nível de liquidez, investindo maioritariamente em obrigações de taxa fixa de emitentes soberanos da Zona Euro cotadas em mercados da União Europeia, com ampla liquidez e denominadas em Euros.

## **2. Derivados, Reportes e Empréstimos**

### **2.1 Derivados**

A Entidade gestora, para efeitos de cálculo de exposição global a instrumentos financeiros derivados, adopta a abordagem baseada nos compromissos prevista no artigo 17º do Regulamento da CMVM nº5/2013.



---

O fundo está sujeito ao risco associado aos activos que integram a sua carteira, variando o valor da unidade de participação em função desse facto.

O fundo poderá recorrer à utilização de instrumentos financeiros derivados quer com o objectivo de proceder à cobertura do risco financeiro do Fundo, quer com o objectivo de aumentar a exposição ao risco da respectiva carteira, limitando-se, neste caso, a 10% do valor líquido global do fundo.

Como risco financeiro entende-se:

- risco de variação de preços dos activos que compõem a carteira;
- risco de variação das taxas de juro de curto prazo ou de longo prazo que se traduz em risco de reinvestimento dos fundos em cada momento aplicados
- risco de flutuações cambiais, que se traduz em alterações no valor das posições em moeda estrangeira, quando convertidas em euros.

O fundo poderá utilizar os seguintes instrumentos financeiros derivados:

- Contratos de futuros 10 yr Bund, 5 yr Bobl, 2 yr Schatz.
- Outros futuros e opções padronizados sobre taxas de juro ou taxas de câmbio;
- Caps, Floors e Collars sobre taxas de juro;
- Forwards cambiais e de taxa de juro;
- Swaps cambiais de curto prazo e swaps de longo prazo de taxa de juro ou de taxa de juro e taxa de câmbio
- Derivados para a cobertura de riscos de crédito, designadamente “Credit Default Swaps”.

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O fundo poderá ainda transaccionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado desde que:

- i) Os activos subjacentes constem do presente número ou sejam índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efectuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
- ii) As contrapartes nas transacções sejam instituições sujeitas a supervisão prudencial; e
- iii) Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo;

A exposição do fundo a uma mesma contraparte em transacções com instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado não pode ser superior a:

- a) 10% do seu valor líquido global, quando a contraparte for uma instituição de crédito na acepção da alínea d) do n.º 1 do artigo 45.º;
- b) 5% do seu valor líquido global, nos restantes casos.

---

A exposição total do fundo não pode exceder 100% do seu valor líquido global. O fundo não investe em prémios de opções mais de 10% do seu valor líquido global.

Excedendo uma exposição total de 100% do seu valor líquido global, tal dever-se-á exclusivamente à detenção de instrumentos financeiros derivados cujos activos subjacentes sejam idênticos aos detidos pelo fundo.

Detendo uma exposição entre 100% e 200% do seu valor líquido global, investirá exclusivamente em liquidez e em instrumentos financeiros derivados.

A exposição total referida é medida pelo somatório, em valor absoluto, dos montantes investidos no mercado à vista, à excepção de liquidez, e do nível de exposição em instrumentos financeiros derivados.

## **2.2 Reportes**

Os valores mobiliários detidos pelo fundo não serão objecto de reporte.

## **2.3 Empréstimos**

Os valores mobiliários detidos pelo fundo não serão objecto de empréstimo.

# **3. Valorização activos**

## **3.1. Momento de referência da valorização**

- O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.
- As 17 horas representam o momento relevante do dia, para:
  - efeitos da valorização dos activos que integram o património do fundo,
  - a determinação da composição da carteira que irá ter em conta todas as transacções efectuadas e confirmadas, em Portugal e no estrangeiro, até esse momento.
- O critério para efeitos de valorização dos activos cotados ou negociados em mercado regulamentado são os descritos no ponto seguinte.

## **3.2. Regras de valorimetria e cálculo do valor da Unidade de participação**

A valorização dos activos que compõem a carteira do Fundo será efectuada de acordo com as seguintes regras:

### **Para valores mobiliários cotados**

- 
- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflecte os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transacções.
  - Para a valorização de activos cotados, será tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
  - Para os valores representativos de dívida cotados em bolsas ou mercados regulamentados, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, a valorização será efectuada com base em metodologias baseadas em ofertas de compra firmes, ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra, difundidas através de entidades especializadas, nomeadamente através do sistema Bloomberg – Bloomberg genérico - que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade gestora.
  - No caso de não existir cotação ou preço de referência no próprio dia da valorização, será considerada a última cotação de fecho ou o preço de referência conhecido desde que os mesmos se tenham verificado nos quinze dias anteriores ao dia da valorização.
  - No que diz respeito a outros instrumentos representativos de dívida, transaccionáveis, que possuam liquidez e tenham valor susceptível de ser determinado com precisão a qualquer momento, emitidos por prazos inferiores a um ano, a sua valorização será efectuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.
  - Para a valorização de instrumentos derivados, será tomado o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde se encontram admitidos à negociação.
  - São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respectiva valorização.

#### **Para valores mobiliários não cotados**

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação terá por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos activos não cotados terá em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra difundidas através de entidades especializadas.
- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrer-se-á a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
- A valorização das unidades de participação reflectirá o último valor divulgado pela respectiva entidade gestora às 17h do próprio dia.

#### **Valorização cambial**

- Os activos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema “Reuters”.

#### 4. Comissões e encargos a suportar pelo Fundo

Tabela de custos imputáveis ao Fundo Ano - 2012

Custos	Valor €	%VLGF
Comissão de Gestão		
<i>Componente Fixa</i>	41 059	0,50%
Comissão de Depósito	2 874	0,04%
Taxa de Supervisão	1 295	0,02%
Custos de Auditoria	522	0,01%
Outros Custos	45	0,00%
TOTAL	45 795	
TAXA ENCARGOS CORRENTES (TEC)		0,56%

Tabela Actual de custos

Custos	% da Comissão
<b>Imputáveis directamente ao participante</b>	
Comissão de Subscrição	0,00%
Comissão de Transferência	0,00%
Comissão de Resgate	Por período inferior ou igual a 15 dias – 1%. Por um período superior a 15 dias – 0%.
<b>Imputáveis directamente ao Fundo</b>	
Comissão de Gestão (Taxa Anual Nominal)	
Componente Fixa	0,5%
Componente Variável	0,00%
Comissão de Depósito (Taxa Anual Nominal)	0,035%
Taxa de Supervisão (Mensal)	0,0133%
Outros Custos (os custos de transacção não são incluídos para efeitos de cálculo da Taxa Encargos Correntes).	taxa de bolsa, corretagem, liquidação, custos associados ao ROC

##### 4.1. Comissão de gestão

- a) Valor da comissão: 0.5% ao ano.
- a) Calculada diariamente sobre o património líquido global do Fundo.
- b) Condições de cobrança: é cobrada mensal e postecipadamente no 5º dia útil do mês seguinte.

##### 4.2. Comissão de depósito

- c) Valor da comissão: 0.035% ao ano.
- d) Calculada diariamente sobre o património líquido global do Fundo.

- 
- e) Condições de cobrança: é cobrada mensal e postecipadamente no 5º dia útil do mês seguinte.

#### **4.3. Outros encargos**

- As despesas relativas à compra e venda de valores em mercado primário e secundário e impostos que incidam ou venham a incidir sobre estas despesas são por conta do Fundo, bem como os montantes devidos a título de taxa de supervisão da CMVM e os custos emergentes das auditorias exigidas pela legislação em vigor.

#### **5 Política de rendimentos**

- Os rendimentos do Fundo provêm dos proveitos líquidos das suas aplicações e das mais-valias realizadas deduzidos os encargos em que o Fundo incorre.
- O Fundo é de capitalização, não procedendo à distribuição de rendimentos.

### **CAPÍTULO III UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO E CONDIÇÕES DE SUBSCRIÇÃO E RESGATE**

#### **1. Características gerais das unidades de participação**

##### **1.1. Definição**

- O património do Fundo é representado por partes, sem valor nominal, designadas por unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos participantes.

##### **1.2. Forma de representação**

- As unidades de participação adoptam a forma escritural e são fraccionadas, para efeitos de subscrição e de resgate.

#### **2. Valor da unidade de participação**

##### **2.1. Valor inicial**

- O valor da unidade de participação, para efeitos de constituição do fundo, foi de 4,98 Euros.

##### **2.2. Valor para efeitos de subscrição**

O valor da unidade de participação é o valor conhecido e divulgado no dia útil posterior à data do pedido de subscrição. Deste modo, as ordens de subscrição serão efectuadas a preço desconhecido.

##### **2.3. Valor para efeitos de resgate**

O valor da unidade de participação é o valor conhecido e divulgado no dia útil subsequente à do respectivo pedido. Deste modo, as ordens de resgate serão efectuadas a preço desconhecido.

---

### **3. Condições de subscrição e de resgate**

#### **3.1. Períodos de subscrição e resgate**

- Os pedidos efectuados depois das 15h30 através da banca telefónica Superlinha, ou através da Internet, no site do Banco Santander Totta, são considerados como pedidos efectuados no dia útil seguinte.
- Os pedidos efectuados através da Internet, no site do Banco Best bem como no site do Banco Activobank depois das 15h30, serão considerados como pedidos efectuados no dia útil seguinte.

#### **3.2.. Subscrições e resgates em espécie ou numerário**

- As subscrições e resgates são sempre efectuados em numerário.

### **4. Condições de Subscrição**

#### **4.1. Mínimos de subscrição**

- A subscrição mínima deverá ser um número de Unidades de Participação equivalente a € 500.

#### **4.2. Comissões de subscrição**

- Não existe comissão de subscrição.

#### **4.3. Data da subscrição efectiva**

- A subscrição efectiva, ou seja, a emissão da unidade de participação, só se realiza no dia útil seguinte ao pedido de subscrição, quando a importância correspondente ao preço de emissão é paga pelo subscritor e é integrada no activo do Fundo.

### **5. Condições de resgate**

#### **5.1. Comissões de resgate**

- Haverá lugar a uma comissão de resgate, variável em função do período de permanência no Fundo:
  - por um período inferior ou igual a 15 dias – 1%
  - por um período superior a 15 dias – 0%.
- O critério de selecção das unidades de participação objecto de resgate em função da antiguidade da subscrição, é o «FIFO», ou seja, as primeiras unidades a serem subscritas são as primeiras a serem resgatadas.
- O eventual aumento das comissões de resgate ou agravamento das suas condições de cálculo, só se aplica às subscrições efectuadas após a entrada em vigor da respectiva alteração aprovada pela CMVM.

#### **5.2. Pré-aviso**

- A data para efeitos de pagamento dos pedidos de resgate das Unidades de participação será de 3 dias úteis após a data do respectivo pedido.

- 
- Os pagamentos feitos aos participantes serão efectuados por crédito das respectivas contas junto das entidades comercializadoras.

## **6. Condições de suspensão das operações de subscrição e resgate das unidades de participação**

- a) Esgotados os meios líquidos detidos pelo fundo e o recurso ao endividamento nos termos regulamentar e legalmente estabelecidos, quando os pedidos de resgate de unidades de participação excederem, num período não superior a 5 dias, 10% do valor líquido global do Fundo, a sociedade gestora poderá mandar suspender as operações de resgate.
- b) No caso referido no número anterior, a suspensão do resgate não determina a suspensão simultânea da subscrição. No entanto, a subscrição de unidades de participação só poderá efectuar-se mediante declaração escrita do participante de que tomou conhecimento prévio da suspensão do resgate.
- c) Autorizada a suspensão, a sociedade gestora deverá promover a afixação, nos balcões do depositário e nos outros locais de comercialização das unidades de participação do Fundo, de um aviso destinado a informar o público sobre a situação de suspensão e, a sua duração prevista.
- d) A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, por sua iniciativa, ou a solicitação da entidade gestora, pode, quando ocorram circunstâncias excepcionais susceptíveis de perturbarem o normal funcionamento das operações inerentes ao funcionamento do Fundo ou de porem em risco os legítimos interesses dos investidores, determinar a suspensão da emissão ou do resgate das respectivas unidades de participação.

## **7. Admissão à negociação**

As unidades de participação deste Fundo não se encontram admitidas à negociação.

## **CAPÍTULO IV DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPANTES**

Os participantes têm direito nomeadamente a:

- Obter, com suficiente antecedência relativamente à subscrição, o documento sucinto com as informações fundamentais destinadas aos investidores (IFI), qualquer que seja a modalidade de comercialização do Fundo;
- Obter o prospecto completo, sem qualquer encargo, junto da entidade gestora, do depositário e das entidades comercializadoras, qualquer que seja a modalidade de comercialização do Fundo;
- Consultar os documentos de prestação de contas do Fundo, que serão enviados sem encargos aos participantes que o requeiram;
- Subscrever e resgatar as unidades de participação nos termos da lei e das condições constantes dos prospectos do Fundo;
- Receber a sua quota-parte do Fundo em caso de liquidação do mesmo;

---

- A ser ressarcidos pela entidade gestora dos prejuízos sofridos, sem prejuízo do exercício do direito de indemnização que lhe seja reconhecido, nos termos gerais do direito, sempre que:

i) em consequência de erros imputáveis àquela ocorridos no processo de valorização e divulgação do valor da unidade de participação,

- a diferença entre o valor que deveria ter sido apurado de acordo com as normas aplicáveis no momento do cálculo do valor da unidade de participação e o valor efectivamente utilizado nas subscrições e resgates seja igual ou superior, em valor absoluto, a 0,5% do valor corrigido da unidade de participação, ou

- o valor cumulado do erro for, em termos absolutos, igual ou superior a 0,5% do valor corrigido da unidade de participação apurado no dia da respectiva regularização e que

ii) ocorram erros na imputação das operações de subscrição e resgate ao património do Fundo, designadamente pelo intempestivo processamento das mesmas.

- A serem informados individualmente designadamente nas seguintes situações: liquidação e fusão de fundo, aumento de comissões gestão e depósito, modificação de política de investimentos e rendimentos, substituição da gestora ou depositário.

- A receberem, com uma periodicidade mínima mensal, um extracto que contenha, nomeadamente, o número de unidades de participação detidas, o seu valor e o valor total do investimento.

- A subscrição de unidades de participação implica a aceitação do disposto nos prospectos completo e simplificado do Fundo.

A subscrição de unidades de participação implica a aceitação do disposto nos documentos constitutivos do Fundo, obrigando-se os participantes a respeitar os mesmos, e confere à entidade gestora os poderes necessários para realizar os actos de administração do Fundo.

## **CAPÍTULO V            CONDIÇÕES DE LIQUIDAÇÃO DO FUNDO E DE SUSPENSÃO DA EMISSÃO E RESGATE DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO**

### **1. Liquidação do Fundo**

a) Fundada no interesse dos participantes, e atenta às circunstâncias, especialmente no que se refere às condições de mercado, a sociedade gestora poderá proceder à liquidação e partilha do Fundo, mediante comunicação prévia à CMVM, procedendo, ainda, à publicação de um aviso no sistema de difusão de informação da CMVM (*www.cmvm.pt*), contendo a indicação do prazo previsto para a conclusão do processo de liquidação. Este prazo não poderá exceder dez dias úteis, salvo autorização da CMVM concedendo um prazo superior.

b) A decisão de liquidação determina a imediata suspensão das subscrições e dos resgates do Fundo, devendo a sociedade gestora promover a afixação, nos balcões do depositário e nos outros locais de comercialização das unidades de participação do Fundo, de um aviso destinado a informar o público sobre a situação de suspensão e sobre a data prevista para encerramento da liquidação.



- 
- c) O prazo previsto para pagamento aos participantes não excederá em cinco dias úteis o prazo previsto para o resgate, salvo se a CMVM autorizar um prazo superior.
  - d) Os participantes do Fundo não poderão exigir a respectiva liquidação ou partilha.
  - e) O Fundo poderá ainda ser liquidado no decurso de um processo compulsivo determinado pela CMVM, nos termos da lei.

## **2. Suspensão da emissão e do resgate das unidades de participação**

- e) Esgotados os meios líquidos detidos pelo fundo e o recurso ao endividamento nos termos regulamentar e legalmente estabelecidos, quando os pedidos de resgate de unidades de participação excederem, num período não superior a 5 dias, 10% do valor líquido global do Fundo, a sociedade gestora poderá mandar suspender as operações de resgate.
- f) No caso referido no número anterior, a suspensão do resgate não determina a suspensão simultânea da subscrição. No entanto, a subscrição de unidades de participação só poderá efectuar-se mediante declaração escrita do participante de que tomou conhecimento prévio da suspensão do resgate.
- g) Autorizada a suspensão, a sociedade gestora deverá promover a afixação, nos balcões do depositário e nos outros locais de comercialização das unidades de participação do Fundo, de um aviso destinado a informar o público sobre a situação de suspensão e, a sua duração prevista.
- h) A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, por sua iniciativa, ou a solicitação da entidade gestora, pode, quando ocorram circunstâncias excepcionais susceptíveis de perturbarem o normal funcionamento das operações inerentes ao funcionamento do Fundo ou de porem em risco os legítimos interesses dos investidores, determinar a suspensão da emissão ou do resgate das respectivas unidades de participação.

## **PARTE II INFORMAÇÃO EXIGIDA NOS TERMOS DO ANEXO II PREVISTO NO ARTIGO 64.º DO REGIME JURÍDICO DOS FUNDOS, APROVADO PELO DL N.º 252/2003, DE 17 DE OUTUBRO.**

### **CAPÍTULO I OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A ENTIDADE GESTORA E OUTRAS ENTIDADES**

#### **1. Outras informações sobre a Entidade Gestora**

##### **a) Órgãos sociais:**

###### *Conselho de Administração*

Presidente: Joaquim António Aires Mateus de Calça e Pina  
Vogais: José Manuel Neves  
Javier Seirul-Lo Salas

###### *Fiscal Único*

Efectivo: Deloitte & Associados, SROC, SA

---

Suplente: Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

*Assembleia-geral*

Presidente: António Miguel Leonetti Terra da Motta

Secretário: Raquel João Branquinho Nunes Garcia

*Principais funções exercidas pelos membros do órgão de administração fora da entidade gestora:*

***JOAQUIM ANTÓNIO AIRES MATEUS DE CALÇA E PINA***

◇ SANTANDER PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A	Presidente do Conselho de Administração
◇ Santander Gestão de Activos, SGPS, SA	Presidente do Conselho de Administração

***JOSÉ MANUEL NEVES***

◇ SANTANDER PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A	Vogal do Conselho de Administração
◇ Santander Gestão de Activos, SGPS, SA	Vogal do Conselho de Administração

***JAVIER SEIRUL-LO SALAS***

◇ Santander Gestão de Activos, SGPS, SA	Vogal do Conselho de Administração
--	------------------------------------

**b) Relações de Grupo**

- A sociedade gestora Santander Asset Management- Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário SA, é detida a 100% pela sociedade Santander Gestão de Activos, SGPS SA, a qual por sua vez é detida a 100% pelo Banco Santander Totta SA.
- A sociedade gestora Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário SA, o banco depositário e entidade comercializadora Banco Santander Totta, fazem parte do mesmo Grupo financeiro.

**c) Outros Fundos geridos pela entidade gestora – Anexo I ao presente prospecto.**

---

#### **d) Identificação dos proveitos natureza não pecuniária**

Não existem quaisquer proveitos de natureza não pecuniária.

#### **e) Contacto para esclarecimentos sobre quaisquer dúvidas relativas ao Fundo:**

Rua da Mesquita, 6 – 1070-238 Lisboa – Tel: 21 370 40 00 Fax: 21 370 58 78

#### **2. Consultores de Investimento**

Não existe qualquer contrato de consultoria de investimento para o presente Fundo.

#### **3. Auditor do Fundo**

- Mazars & Associados, SROC, SA, com sede no Centro Empresarial Torres de Lisboa, R. Tomás da Fonseca Torre G 5º andar, 1600-209 Lisboa, representado por Dr. Fernando Jorge Marques Vieira, ROC nº 564.

#### **4. Autoridade de Supervisão do Fundo**

- Comissão do Mercado de Valores Mobiliários – Rua Laura Alves, nº4, 1050-138, Lisboa.

### **CAPÍTULO II DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO**

#### **1. Valor da unidade de participação**

a) O valor diário da unidade de participação é divulgado diariamente em todos os locais e através dos meios utilizados para a comercialização do Fundo, designadamente a Internet.  
– [www.santandertotta.pt](http://www.santandertotta.pt), [www.bancobest.pt](http://www.bancobest.pt), [www.activobank7.pt](http://www.activobank7.pt).

b) É ainda publicado diariamente no sistema de difusão de informação da CMVM. – [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)

#### **2. Consulta da carteira do Fundo**

A composição da carteira do Fundo é publicada trimestralmente no sistema de difusão de informação da CMVM – disponível em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt).

#### **3. Documentação do Fundo**

O prospecto completo, a informação fundamental destinada aos investidores e os relatórios anual e semestral, encontram-se à disposição dos interessados em todos os locais e meios de comercialização do Fundo e serão enviados sem encargos aos participantes que o requeiram.

- No prazo de quatro meses após o encerramento das contas anuais (31 de Dezembro), a Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., publicará no sistema de difusão de informação da CMVM um aviso informando que o conjunto de documentos que integram o Relatório e Contas Anual

---

do Fundo, se encontram à disposição do público em todos os locais de comercialização.

- No prazo de dois meses após o encerramento das contas semestrais (30 de Junho), a Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., procederá a sua divulgação através da forma supra descrita.

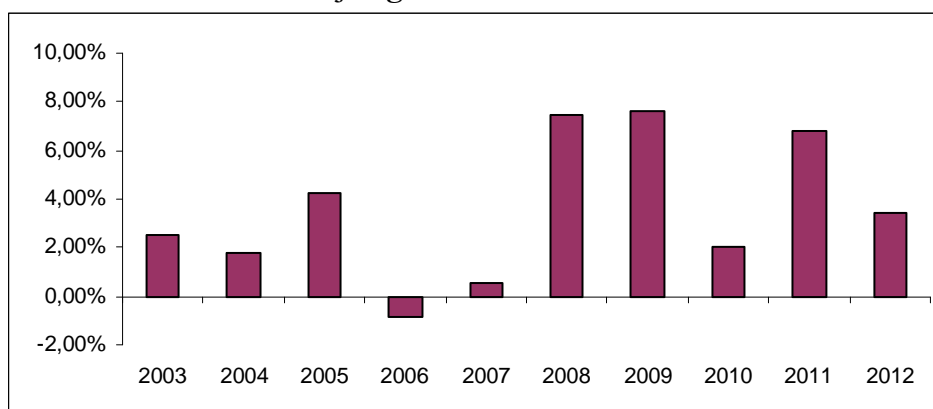
#### 4. Contas dos Fundos

- As contas anuais e semestrais do Fundo são encerradas, respectivamente, com referência a 31 de Dezembro e a 30 de Junho e serão disponibilizadas, no primeiro caso, nos quatro meses seguintes e, no segundo, nos dois meses seguintes à data da sua realização.

### CAPÍTULO III EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS RESULTADOS DO FUNDO

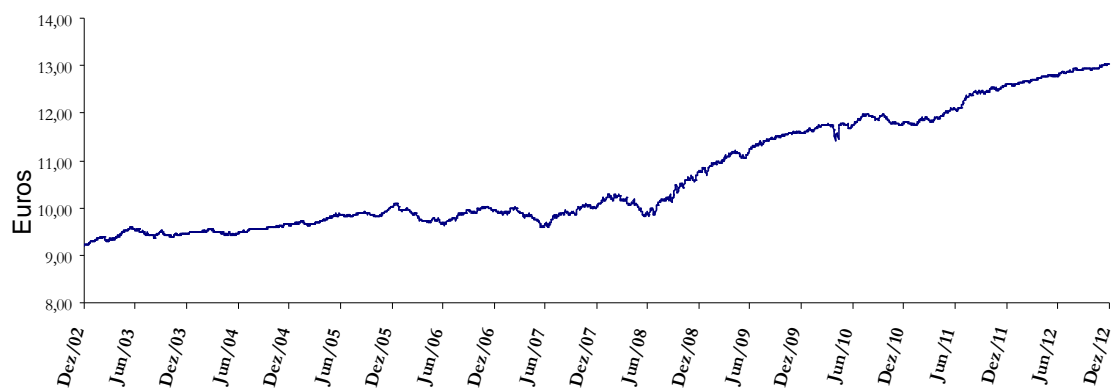
Rendibilidade e risco históricos

**Evolução gráfica da rendibilidade**



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades e participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).

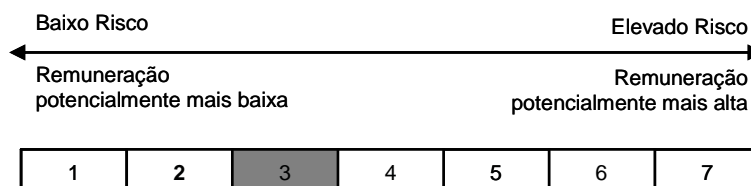
#### **Evolução gráfica do valor da unidade de participação – Jan. 2003 a Dez. 2012**



### Quantificação das rendibilidades e do nível de risco

Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
2003	2,50%	2,23%	3
2004	1,76%	1,38%	2
2005	4,26%	1,81%	2
2006	-0,87%	2,73%	3
2007	0,57%	3,22%	3
2008	7,48%	4,88%	3
2009	7,59%	3,04%	3
2010	2,03%	3,59%	3
2011	6,77%	1,95%	2
2012	3,42%	1,03%	2

### Indicador Sintético de Risco



Os dados históricos, tais como utilizados no Indicador Sintético, podem não constituir uma indicação fiável do perfil de risco futuro do Fundo. A categoria de risco e de remuneração indicada não é garantida nem é inalterável, podendo a categorização do Fundo mudar com o tempo, sendo que a categoria mais baixa de risco não significa que se trate de um investimento isento de risco. O cálculo deste Indicador reporta a 31 de Outubro de 2013.

Este Fundo encontra-se na categoria indicada por investir em obrigações de taxa fixa, com um mínimo de investimento de dois terços do valor líquido global do fundo em obrigações diversas e pelo menos 90% dos activos serão cotados em mercados da União Europeia.

## CAPÍTULO IV - Perfil do Investidor a que se dirige o Fundo

---

O Fundo destina-se a investidores que assumam uma perspectiva de valorização do seu capital no médio/longo prazo, através de uma maior exposição ao risco de taxa de juro de longo prazo e, como tal, estejam na disposição de imobilizar as suas poupanças por um período recomendado superior a 1 ano, suportando as oscilações no valor da unidade de participação características neste tipo de fundos.

## **CAPÍTULO V - Regime Fiscal**

### **Tributação na esfera do fundo - Imposto sobre os rendimentos**

-Rendimentos obtidos em território português que não sejam considerados mais-valias, são tributados autonomamente:

- 1) por retenção na fonte como se de pessoas singulares residentes em território português se tratasse;
- 2) às taxas de retenção na fonte e sobre o montante a ela sujeito, como se de pessoas singulares residentes em território português se tratasse, quando tal retenção na fonte, sendo devida, não for efectuada pela entidade a quem compete;
- 3) ou à taxa de 25% sobre o respectivo valor líquido obtido em cada ano, no caso de rendimentos não sujeitos a retenção na fonte.

Para os efeitos considerados nos antecedentes pontos 1) e 2), a taxa aplicável a partir de 01/01/2013 é de 28%.

-Rendimentos obtidos fora do território português que não sejam considerados mais-valias: Os rendimentos obtidos fora do território português provenientes de títulos de dívida e de fundos de investimento, bem como os decorrentes de lucros distribuídos, são tributados autonomamente à taxa de 20%.

Outros rendimentos obtidos fora do território português são tributados autonomamente à taxa de 25%, a qual incide sobre o respectivo valor líquido obtido em cada ano.

-Rendimentos, obtidos em território português ou fora dele, qualificados como mais-valias: As mais-valias obtidas em território português ou fora dele, são tributadas autonomamente, à taxa de 25% sobre a diferença positiva entre as mais-valias e menos-valias obtidas em cada ano, nas mesmas condições em que se verificaria se desses rendimentos fossem titulares pessoas singulares residentes em Portugal.

### **Tributação na esfera dos participantes - Imposto sobre os rendimentos**

Participantes residentes em território português: Os rendimentos, incluindo resgates, respeitantes a unidades de participação obtidos por sujeitos passivos de IRS, fora do âmbito de uma actividade comercial, industrial ou agrícola estão isentos, podendo, no entanto, ser englobados, caso em que o imposto retido ou devido ao nível do próprio fundo tem a natureza de imposto por conta. Os rendimentos respeitantes a unidades de participação obtidos por sujeitos passivos de IRC ou por sujeitos passivos de IRS, no âmbito de uma actividade comercial, industrial ou agrícola não estão sujeitos a retenção na fonte, sendo considerados como proveitos ou ganhos para efeitos do apuramento do lucro tributável e o montante de imposto retido ou devido na esfera do fundo tem a natureza de imposto por conta. No caso de sujeitos passivos de IRC isentos e que estejam dispensados da entrega da declaração de rendimentos Modelo 22, o imposto retido ou devido na esfera no fundo, correspondente aos rendimentos das unidades de participação que aqueles tenham subscrito, deve ser restituído pela entidade gestora do fundo e pago conjuntamente com os rendimentos respeitantes a essas unidades.

O saldo positivo entre as mais-valias e as menos-valias resultante da transmissão onerosa de unidades de participação é tributado em IRS à taxa de 28%, sem prejuízo do titular poder optar pelo respectivo englobamento. Em sede de IRC, o referido saldo concorre para a formação do lucro tributável do sujeito passivo.

Participantes não residentes em território português: Os rendimentos de capitais respeitantes a unidades de participação estão isentos de IRS e de IRC. As mais-valias realizadas com a sua transmissão onerosa beneficiam de idêntica isenção, a qual, porém, não tem aplicação designadamente quando o beneficiário esteja domiciliado em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças.

Imposto de Selo

Não são sujeitas a imposto de selo as transmissões gratuitas de valores aplicados em Fundos.

## ANEXO I

Fundos sob gestão da sociedade gestora a 31 de Dezembro de 2012

			€	participantes
<b>Santander MultiTesouraria</b>	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	Investe essencialmente em obrigações de taxa variável denominadas em euros e em depósitos bancários de elevada liquidez	116 426 613	43 464
<b>Santander MultiCrédito</b>	Fundo de Obrigações	Investe essencialmente em obrigações de dívida privada de taxa variável denominadas em Euros	7 103 771	9 745
<b>Santander MultiObrigações</b>	Fundo de Obrigações	Investe essencialmente em obrigações de dívida privada de taxa variável denominadas em Euros	367 777 309	16 159
<b>Santander MultiTaxa Fixa</b>	Fundo de Obrigações	Investe essencialmente em obrigações de dívida pública de taxa fixa de médio e longo prazo emitidas na zona Euro	9 590 854	507
<b>Santander Poupança Futura FPR</b>	Fundo Alternativo de Poupança Reforma/Educação	A carteira será constituída essencialmente por instrumentos representativos de dívida pública e privada.	112 339 792	53 909
<b>Santander Poupança Investimento FPR</b>	Fundo Alternativo de Poupança Reforma/Educação	A carteira será constituída essencialmente por instrumentos representativos de	53 156 467	13 178

<b>Santander Global</b>	Fundo Flexível	dívida pública e privada. No máximo cerca de 30% do Fundo pode ser aplicado em acções Carteira diversificada com maior incidência para obrigações (taxa fixa e taxa variável), e activos de curto prazo. Tendencialmente o Fundo investirá cerca de 25% em acções	272 184 930	19 499
<b>Santander Carteira Alternativa</b>	Fundo Alternativo Aberto	Investe em Hedge Funds e Fundos de Hedge Funds que seguem diferentes estratégias	2 917 996	37
<b>Santander Acções Portugal</b>	Fundo de Acções	Investimento em acções de empresas portuguesas expressas em Euro e admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Lisboa	62 178 848	6 900
<b>Santander PPA</b>	Fundo de Acções	Investimento em acções de empresas portuguesas expressas em Euro e admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Lisboa	4 376 622	731
<b>Santander Acções Europa</b>	Fundo de Acções	Vocacionado para o investimento em acções de empresas europeias que deverão estar cotadas em Mercados de Cotações oficiais de um qualquer Estado-membro da EU, Suíça e Noruega	43 527 128	2 450
<b>Santander Acções América</b>	Fundo de Acções	Investe essencialmente em acções de empresas cotadas em bolsas de valores e mercados regulamentados dos EUA.	16 663 717	992
<b>Santander Estratégias Europeias</b>	Fundo Alternativo Aberto	Tendencialmente corre risco cambial Pretende proporcionar o acesso a uma carteira de activos	18 074 141	1 022



<b>Santander Ibérico Premium</b>	Fundo Alternativo Aberto de Obrigações	exposta a obrigações emitidas pelo BST e a mercados accionistas europeus através de instrumentos derivados tendo o objectivo de gerar rendimentos a distribuir ao participante. Pretende proporcionar rendimentos, numa base anual indexados a uma carteira composta por obrigações de dívida privada e dívida pública. Pretende proporcionar rendimentos, numa base trimestral, indexados a uma carteira composta por obrigações de dívida privada e dívida pública. Pretende proporcionar aos seus participantes uma rentabilidade correspondente a uma Taxa Anual Nominal Bruta de 3,0% no primeiro ano, Euribor 12 meses + 0.75% nos segundos e terceiros anos. Pretende proporcionar aos seus participantes uma rentabilidade correspondente a uma Taxa Anual Nominal Bruta de 3,0% no primeiro ano, Euribor 12 meses + 0.75% nos segundos e terceiros anos. Pretende proporcionar aos seus participantes uma rentabilidade correspondente a uma Taxa Anual Nominal Bruta de 5,0%	53 624 956	3 384
<b>Santander Premium Julho 2012</b>	Fundo Alternativo Aberto de Obrigações		49 943 844	3 328
<b>Santander Valor Invest</b>	Fundo Alternativo Aberto de Obrigações		98 855 103	3 728
<b>Santander Valor Invest II</b>	Fundo Alternativo Aberto de Obrigações		36 444 742	2 398
<b>FEI Iberian Credit 2014</b>	Fundo Alternativo Aberto de Obrigações		9 790 801	83

<b>Santander Gestão Premium Liquidez</b>	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	Investimento focado numa carteira de activos de elevada liquidez e de risco reduzido para um horizonte de investimento de médio/longo prazo	463 368	16
<b>Santander Gestão Premium Conservador</b>	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	Investimento focado numa carteira diversificada de risco reduzido para um horizonte de investimento de médio/longo prazo	727 836	36
<b>Santander Gestão Premium Moderado</b>	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	Investimento focado numa carteira diversificada de risco moderado para um horizonte de investimento de médio/longo prazo	1 062 366	43
<b>Santander Gestão Premium Valor Acções</b>	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	Investimento focado numa carteira de risco elevado para um horizonte de investimento de médio/longo prazo	796 706	30
<b>Santander Gestão Private Liquidez</b>	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	Investimento focado numa carteira de activos de elevada liquidez e de risco reduzido para um horizonte de investimento de médio/longo prazo	810 756	3
<b>Santander Gestão Private Obrigações</b>	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	Investimento focado numa carteira diversificada de obrigações para um horizonte de investimento de médio/longo prazo	222 298	3
<b>Santander Gestão Private Prudente</b>	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	Investimento focado numa carteira diversificada de risco reduzido para um horizonte de investimento de médio/longo prazo	5 942 823	27
<b>Santander Gestão Private Equilibrado</b>	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	Investimento focado numa carteira diversificada de risco equilibrado para um horizonte de investimento de	8 584 741	39

<b>Santander Gestão Private Acções</b>	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	médio/longo prazo Investimento focado numa carteira de risco elevado para um horizonte de investimento de médio/longo prazo	1 896 956	17
<b>Santander NovImovest</b>	Fundo Imobiliário Aberto de Acumulação	Aquisição de Imóveis preferencialmente destinados a comércio ou serviços, tendo por finalidade principal o arrendamento dos mesmos.	404 916 712	15 371
<b>LusImovest</b>	Fundo Imobiliário Fechado de Acumulação	Aquisição de Imóveis preferencialmente para desenvolvimento de projectos de construção e, ainda, para arrendamento, em especial quando destinados a comércio ou serviços.	146 948 432	43
<b>ImoRecuperação</b>	Fundo Imobiliário Fechado de Acumulação	Privilegia a aquisição, gestão e revenda de imóveis em situações judiciais ou pré-judiciais de processo executivo, dação em pagamento ou outras situações semelhantes	26 840 228	2
<b>Castilho</b>	Fundo Imobiliário Fechado de Acumulação	O desenvolvimento de projectos de construção de imóveis destinados a comércio, habitação e serviços para sua posterior venda ou arrendamento pela forma que se mostre mais adequada à melhor rentabilização do investimento.	2 765 198	5